

Universidade Federal do Rio de Janeiro

**Instituto de  
Economia  
Industrial**

**Boletim de  
Conjuntura  
Industrial**

VOL. 4      Nº 3      Jul / 84.

# EDITORIAL

## O DEBATE SOBRE A INFLAÇÃO BRASILEIRA

A divulgação dos números relativos à inflação de julho, de julho, que apontam para uma taxa de 10,3%, indica claramente que a variação dos preços continua fora de controle. Esta constatação deve ser frisada, uma vez que o incremento relativo aos últimos 12 meses apresenta uma enganosa aparência de queda devida à taxa recorde de 13,3%, registrada em julho do ano passado. As razões "técnicas" apresentadas pelos órgãos apuradores para um crescimento tão acentuado do índice de preços falam dos aumentos dos derivados do petróleo, da ordem de 27,6%, em fins de junho, bem como da elevação de preços de certos produtos agrícolas, como o feijão, o óleo de soja e o açúcar.

Que tais razões não constituem uma explicação é coisa por demais sabida. (seria a mesma coisa que dizer que os preços sobem ... porque sobem). Na verdade, não significam mais do que uma desagregação das variações de preço ao nível dos principais produtos, através das quais se pode observar quais sobem mais, quais sobem menos, a cada mês. O problema reside, no entanto, em saber-se o que estaria causando esta verdadeira "ciranda" dos preços dos produtos, na qual uns vão empurrando os outros e gerando expectativas de novos aumentos.

Há no entanto um aspecto importante nestas desagregações, pois serve para desmentir a falácia de certos argumentos oficiais que atribuíram a inflação de 1983 a fatores climáticos que prejudicaram o desempenho agrícola (enchentes no sul, seca no nordeste etc.) ou às variações da oferta monetária, bem como para comprovar, uma vez mais, a limitação dos controles tais como

exercidos pelo CIP em relação aos preços de certos produtos industriais. De fato, foram os produtos primários, com aumento de 335,8%, contra 200,5% dos produtos industriais, que lideraram a alta de preços dentro do índice de preços por atacado, no conceito de oferta global, o qual elevou-se em 238,8%, em 1983.

A mesma tendência prevaleceu nos primeiros meses do corrente ano, já que a variação percentual acumulada entre janeiro e abril mostra um incremento de 64,9% para os preços agrícolas e de 41,1% para os preços industriais. Tal tendência, no entanto, reverte nos dois meses seguintes, voltando os produtos industriais a liderar a corrida dos preços com aumentos de 10,3% em maio e 12,3% em junho, contra 7,1% dos preços agrícolas, nos mesmos meses. Este deslocamento do processo inflacionário, dos preços agrícolas para os preços industriais, é um aspecto importante do processo inflacionário brasileiro, pois revela movimentos de recomposição das margens industriais, as sociados ao mecanismo de formação dos preços, agora liberados pelo CIP. Sobre isto silencia a maior parte dos analistas da inflação brasileira, obcecados pela idéia de que sua causa reside nas variações da oferta monetária.

Na verdade, o debate sobre a inflação brasileira, hoje como há 25 anos atrás, cinge-se, grosso modo, a duas posições limites em que se opõem os que acreditam que a inflação deve ser objeto de um combate abrupto, com forte restrição creditícia, controle de oferta da moeda e alguma forma de desindexação, e os que consideram que a inflação é compatível com o crescimento econômico, constituindo a adoção de políticas recessivas com a finalidade de conter a escalada inflacionária o pior dos males. Tendo em vista a radicalidade desta oposição, certas nuances que as páginas especializadas dos jornais às vezes registram, como a que existe entre os que crêem que a atual política é suficiente para proporcionar a desaceleração do ritmo inflacionário e os que acham que medidas mais drásticas seriam necessárias, é de importância secundária.

O que a experiência brasileira tem demonstrado, em particular a experiência recente, é que a inflação brasileira é rebelde às mais variadas combinações de instrumentos da política econômica convencional, sendo capaz de coexistir com diversos níveis de expansão monetária, déficit público e reajus-

tes salariais. Pois, na verdade, é sempre para estas três variáveis que se volta a ortodoxia conservadora quando imagina um ataque às causas da inflação – e neste sentido pode-se dizer que tudo, ou quase tudo, já foi tentado.

Senão, vejamos. No que tange à política monetária e financeira do governo, esta vem sendo orientada no sentido de assegurar o cumprimento das metas acertadas com o FMI. Na área do orçamento monetário, medidas foram tomadas para diminuir os subsídios diretos – particularmente os da conta trigo e os da conta açúcar – e os indiretos, através das taxas de juros cobradas pelas autoridades monetárias nos empréstimos que concedem. Inúmeras foram as decisões adotadas e os instrumentos mobilizados na tentativa (inútil) de conter a escalada dos preços. O resultado foi uma expansão dos agregados monetários muito abaixo da taxa de inflação, e a consequente redução do índice de liquidez real, de 38% em 1983 e de 21% nos cinco primeiros meses de 1984.

Também no que respeita ao déficit público, a meta de finida nos acordos com o FMI foi superada, atingindo-se, no conceito de déficit operacional relativamente ao PIB, o percentual de 2,5%, quando o valor registrado ao final do ano anterior fora de 6,6%. E o objetivo fixado para o ano em curso é de um superávit de 0,3 %. Segundo declarações prestadas pelo Ministro Ernane Galveas, a meta relativa ao primeiro semestre foi inteiramente cumprida.

Finalmente no que toca à política salarial, também esta esteve sob rigoroso controle. Após um período de indefinição, em 1983, em que cinco sistemáticas diferentes estiveram em vigor, chegou-se, com o Decreto-Lei nº 2.065, à consunção de uma política salarial restritiva, já em vigor há tempo suficiente para que seus efeitos se fizessem sentir. Seu único resultado palpável, no entanto, no presente quadro de desemprego, é a redução da massa de salários, com o que se inibe mais um componente da demanda agregada, incapaz de responder aos requisitos mínimos para realizar o potencial produtivo da economia.

É a esta moldura, composta pela aplicação de políticas recessivas, na qual nem a expansão monetária, nem o déficit público, nem os reajustes salariais, nem a política de subsídios (enfim reduzidos), nem o crédito, nem a indexação da economia (pois todos os índices de correção, à exceção do cambial, correram por baixo dos preços até 1983) se constituíram em fontes autônomas, que o fenômeno da inflação brasileira deve ser contraposto na busca de uma interpretação fiel aos fatos.

De qualquer forma, uma das posições extremas em matéria de inflação sustenta que é sempre possível (e, no mais das vezes, o caminho mais curto, senão o único) deter a elevação dos preços, contendo a expansão da moeda. Outra imagina alguma forma de luta distributiva por trás do fenômeno da elevação dos preços, no qual capitalistas, movendo seu mark-up e trabalhadores, através da barganha salarial, disputam via preços a apropriação de fatias de renda; "política de rendas" seria, neste caso, a arma de combate à inflação.

Que num processo inflacionário a renda nominal se eleve, como não poderia deixar de ser, em sua dimensão monetária e que haja repercussões ao nível da distribuição da renda são pontos inquestionáveis. Um fato, porém, é sistematicamente esquecido na interpretação da inflação brasileira: a sua íntima associação com as fases da economia e com os momentos de maior ou menor instabilidade econômico-financeira. Em geral, às fases de expansão e estabilidade, segue-se amenização das pressões inflacionárias; e nas fases de declínio, agravadas por instabilidade, o processo inflacionário dispara. (ver o Gráfico)

Esta dimensão do processo inflacionário, em sua associação com os movimentos econômicos, traduz um significado dos preços na economia que é também sistematicamente omitido nas análises sobre inflação. Os preços refletem as condições em que se pode dar a valorização dos ativos de capital e que são distintas segundo as fases e os momentos que atravessa a economia. É óbvio que este significado dos preços e de seus movimen

tos tem repercussões ao nível da distribuição da renda corrente, mas a questão aqui pode ser colocada mais amplamente. A luta se trava sobretudo inter e intra segmentos empresariais pela captura dos ativos de capital da renda futura. Que ela se intensifique pela via dos preços nas etapas recessivas e de instabilidade, se dá pela razão de que aí o chão se move em termos de capacitação dos diversos segmentos e capitais quanto aos rumos presentes e sobretudo futuros da economia.

Nas condições que vigoraram na economia brasileira nos últimos quatro anos, de recessão aberta acompanhada de muita incerteza e dúvidas, de instabilidade financeira interna e externa e de indefinição da política econômica, o mecanismo dos preços como valorização de ativos atinge um ápice, numa dinâmica preço-preço (o que equivale a dizer valor esperado de ativos-valor esperado de ativos) a caminho da hiperinflação, onde de a própria funcionalidade do mecanismo vai se perdendo e por isso mesmo dando vida à espiral preço-preço.

No debate brasileiro sobre a inflação, têm razão os críticos da ortodoxia conservadora ao afirmar que o combate à inflação nem começa nem se esgota nas medidas ortodoxas. A questão central, que é uma das grandes dificuldades do momento, consiste em romper a perversa dinâmica dos preços descrita acima, o que não se faz sem uma estratégia de retomada do crescimento econômico e da definição de horizontes de investimento, com regras do jogo conhecidas em termos de política industrial. O que não significa que não se pratique uma política monetária e financeira que ordene os fluxos monetários e financeiros na economia, nem uma política fiscal que redefina as operações do Estado, nem uma reformulação do conceito e da abrangência dos mecanismos de correção monetária e cambial e nem mesmo uma "política de rendas" explicitamente de defesa do rendimento as salariado.

distintas segundo as fases e os momentos que atravessa a economia. É óbvio que este significado dos preços e de seus movimen

EVOLUÇÃO DO PIB E DO IGP-DI  
ANUAL  
1950-1983



